

CPI não recomendará mais o 'impeachment'

BRASÍLIA — Os governadores envolvidos no escândalo de corrupção no Orçamento continuarão sendo investigados pelo Ministério Público e pela Receita Federal. A sorte deles foi definida na Subcomissão de Patrimônio, onde foi derrotada a proposta do senador José Paulo Bisol (PSB-RS) para que a CPI encaminhasse a recomendação de que as Assembléias Legislativas os investigasse ou iniciassem processo de *impeachment*.

O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) foi um dos que apoiou esta decisão, argumentando que “uma recomendação da CPI poderia representar uma quebra do pacto federativo”. Ele considera que as Assembléias têm conheci-

mento de todos os dados apurados pela CPI e que seus integrantes têm os elementos para tomar as providências sem que seja necessário qualquer encaminhamento formal pela CPI. “Onde a oposição tiver maioria ou a opinião pública julgar necessário, as Assembléias criarão suas CPIs”.

Para o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), esta decisão foi um equívoco. “Os governadores estão envolvidos em irregularidades com dinheiro da União e devem responder por crime de responsabilidade”, comentou. Pesou também na decisão da CPI a falta de documentos relacionados à quebra de sigilo bancário de pessoas envolvidas com estes governadores.